



Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias

Versão: 01/2011

Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF

ÍNDICE

1.APRESENTAÇÃO.....	3
2.PONTOS DE ATENÇÃO E PREMISSAS ESPECÍFICAS.....	3
i. Ativos e Passivos Regulatórios.....	3
ii. Obrigações Vinculadas ao Serviço Público.....	3
iii. Ativo Imobilizado.....	4
iv. Gastos Operacionais Regulatórios.....	4
3.CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	5
4.PROGRAMA DE TRABALHO.....	9

1. APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, no seu art. 7º, § 3º, estabeleceu a obrigatoriedade das demonstrações contábeis regulatórias serem acompanhadas de relatório de auditoria emitido por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

Diante da exigência exposta, a SFF necessita o quanto antes estabelecer tais procedimentos, visto que a norma já tem vigência para o exercício findo em 2011, e ademais as empresas do setor elétrico já estão contratando as auditorias para a realização deste serviço.

Como ponto de partida, a SFF apresenta abaixo alguns elementos do Balanço Patrimonial Regulatório e da Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória, que deveriam ser alcançados no escopo de auditoria regulatória. Além disso, como forma de padronização das informações a serem apresentadas ao Órgão Regulador, a SFF pretende estabelecer modelos de apresentação do Balanço Patrimonial Regulatório, Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória e das Notas Conciliatórias e Explicativas.

2. PONTOS DE ATENÇÃO E PREMISSAS ESPECÍFICAS:

3.

i. Ativos e Passivos Regulatórios

Considerando que na convergência às normas internacionais (IFRS) não houve correspondência nas referidas normas o tratamento dos ativos e passivos regulatórios, estes permaneceram registrados apenas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Da mesma forma que já vinha sendo feito na auditoria societária, na auditoria regulatória esse ponto deverá ser objeto de verificação.

ii. Obrigações Vinculadas ao Serviço Público (Obrigações Especiais)

A partir do 2º ciclo de revisão tarifária as quotas de reintegração acumulada das obrigações vinculadas devem ter como contrapartida a despesa de depreciação para que o efeito no resultado seja anulado, uma vez que esse valor não é mais considerado na tarifa.

Considerando a especificidade desse subgrupo contábil e que não está sendo apresentado nas demonstrações contábeis societárias, a SFF entende que esse item deve ser integrado ao escopo da auditoria.

- Certificar que não esteja havendo baixa do saldo das obrigações vinculadas à concessão sem autorização da ANEEL. Esse subgrupo deve sofrer apenas amortização.

iii. Ativo Imobilizado

Com a adoção da ICPC 01 – Contratos de Concessão na contabilidade societária, o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro. Para fim regulatório deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado. As premissas específicas para o ativo imobilizado regulatório são:

- garantir que o ativo imobilizado não seja afetado pela ICPC – 01.

- que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor do Laudo de Avaliação.

→ Para o registro contábil da reavaliação regulatória, deverá ser utilizado o valor homologado na Revisão Tarifária do 2º Ciclo da concessionária como referência. O registro será pela diferença entre o valor contábil a custo histórico na data base de 31/12/2010 e o valor do laudo de avaliação homologado pela ANEEL. Os efeitos dessa reavaliação regulatória compulsória deverão ser refletidas no exercício de 2011, independentemente de a empresa ter implementado o controle patrimonial nos moldes da Resolução nº 367/09.

→ O novo valor contabilizado será atualizado somente na ocasião da revisão tarifária conforme a data da revisão de cada empresa.

→ Para as empresas que não estão sujeitas à revisão tarifária os valores considerados serão os custos históricos.

iv. Gastos Operacionais Regulatórios

Para definição dos custos operacionais regulatórios, na metodologia de revisão tarifária do 3º ciclo foram considerados nas simulações os dados contábeis obtidos do Balancete Mensal Padronizado e Relatório de Informações Trimestrais. Dentre os dados estão os gastos com pessoal, administradores, material, serviços de terceiros, arrendamentos e aluguéis, seguros, tributos e outros. Ressalta-se a importância na qualidade da informação contábil visto que é insumo para as análises da Superintendência de Regulação Econômica da ANEEL na formação tarifária. As rubricas acima deverão ser objeto de análise do auditor, que avaliará se o comportamento dos gastos está em conformidade com as práticas contábeis aceitas. Caso esse ponto já esteja previsto no escopo da auditoria societária, deverá ser excluído para não haver retrabalho.

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	2011			2010		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
1		RECEITA OPERACIONAL BRUTA						[10]
2	611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica						
3	611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Elétrica						
4	611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo						
5	611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica						
6	611.06	Receita de Atividade Não Vinculada						[11]
7	611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas ¹						[12]
8		DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL						
9		Tributos e Encargos						
10	611.0X.6.X.21	Federais						
11	611.0X.6.X.22/3	Estaduais e Municipais						
12	611.05.7.1.06/7							
13		Encargos - Parcela "A"						
14	611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR						
15	611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D						
16	611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE						
17	611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis - CCC						
18	611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE						
19	611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)						
20		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						
21		CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – Parcela "A"						[13]
22	615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda						
23	615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda – Proinfa						
24	615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.						
25	615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização						
26	615.0X.1.9.37	CFURH						
27		Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica						
28	615.0X.X.X.12	Combustíveis						
29	615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC						
30		RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS						
31		CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B" ²						
32	615.0X.X.X.01	Pessoal						
33	615.0X.X.X.02	Administradores						
34	615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros						
35	615.0X.X.X.11	Material						
36	615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis						
37	615.0X.X.X.93	Tributos						
38	615.0X.X.X.92	Seguros						
39	615.0X.X.X.99	Outros						
40	615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos						
41	615.0X.X.X.95	Provisões - Outras						
42	615.0X.X.X.53	Depreciação						
43	615.0X.X.X.55	Amortização						
44	615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada						
45		RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO						
46		RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO						[14]
47	631 (-) 631.06.1.2	Receita Financeira						
48	635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira						
49	631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalência Patrimonial						
50	671/5	Resultado Não Operacional						
51		LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL						
52	710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda						
53	710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social						
54	710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada						
55	710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio						
56		LUCRO (PREJUÍZO)						

¹ Da Linha 7 deverão ser excluídas as receitas já contabilizadas na Linha 6.

² Das linhas 32 a 43, excluir todos os valores que se refiram às Atividades Não Vinculadas (615.06)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

1 Consumidores, concessionárias e permissionárias

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Descontos TUST E TUSD						
Descontos Irrigação e Aquicultura						
Subsídios Baixa Renda						
Compens. Financ. Interrup. Fornecimento						
Outros Ajustes						
	-	-	-	-	-	-

2 Despesas pagas antecipadamente

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA						
Revisão tarifária						
Sobrecontratação						
Subvenção baixa renda - perdas						
Neutralidade dos encargos setoriais						
Diferenças PLPT						
Outros componentes financeiros						
	-	-	-	-	-	-

3 Créditos fiscais diferidos

	2011	2010
IRPJ Diferido		
CSLL Diferido		
PIS Diferido		
COFINS Diferido		
	-	-

4 Investimentos

	2011	2010
	-	-

5 Imobilizado

	2011	2010
Em serviço		
Terrenos	-	-
Reservatório, Barragem e Adutoras	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-
Veículos	-	-
Móveis e Utensílios	-	-
	-	-

(-) Reintegração Acumulada

Reservatório, Barragem e Adutoras	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	
Máquinas e Equipamentos	
Veículos	
Móveis e Utensílios	

Em curso

Terrenos	-
Reservatório, Barragem e Adutoras	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-
Máquinas e Equipamentos	-
Veículos	-
Móveis e Utensílios	-
A Ratear	-
Estudos e Projetos	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-
Material em Depósito	-
Compras em Andamento	-
Adiantamento a Fornecedores	-
Depósitos Judiciais	-
	-

Total do Imobilizado

6 Intangível						
Em serviço	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
7 Passivos Regulatórios						
	2011			2010		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	-
Descontos TUSD e Irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste tarifário	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação	-	-	-	-	-	-
Subvenção baixa renda - ganhos	-	-	-	-	-	-
Neutralidade dos encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros componentes financeiros	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
8 Reserva de avaliação patrimonial						
	<u>2011</u>	<u>2010</u>				
Ajuste a valor de mercado	-	-				
IR	-	-				
CS	-	-				
	<u>-</u>	<u>-</u>				
9 Lucro (prejuízo) acumulado						
	<u>2011</u>	<u>2010</u>				
Efeito dos ajustes entre Contab Societ x Regulat	-	-				
	<u>-</u>	<u>-</u>				
10 Receita Operacional Bruta						
	<u>2011</u>	<u>2010</u>				
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-				
Residencial	-	-				
Industrial	-	-				
Comercial	-	-				
Rural	-	-				
Poderes Públicos	-	-				
Iluminação Pública	-	-				
Serviço Público	-	-				
	<u>-</u>	<u>-</u>				
11 Receita de Atividade Não Vinculada						
	<u>2011</u>	<u>2010</u>				
	-	-				
	-	-				
	-	-				
	<u>-</u>	<u>-</u>				
12 Outras Receitas Vinculadas						
	<u>2011</u>	<u>2010</u>				
	-	-				
	-	-				
	-	-				
	<u>-</u>	<u>-</u>				
12 Custos não gerenciáveis - Parcela "A"						
Explicar os efeitos dos CPC's	-	-				
	-	-				
	-	-				
13 Resultado Extra-Concessão						
Detalhar o resultado e explicar os efeitos dos CPC's	-	-				
	-	-				
	-	-				

5. PROGRAMA DE TRABALHO

Procedimentos	Referência ao papel de trabalho	Executado (nome, cargo, visto e data)	Revisado (nome, cargo, visto e data)
<p>I. Imobilizado</p> <p>1) Confrontar as informações de 31/12/2011 e de 31/12/2010 do valor total regulatório por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório:</p> <p>a) Saldo inicial de acordo com a Base de Remuneração homologada na última revisão tarifária</p> <p>b) Movimentações de baixas e depreciação destes bens da Base de Remuneração</p> <p>c) Adições (aquisições e construções ocorridas a partir da última revisão tarifária) capitalizadas de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico</p> <p>d) Baixas e transferências (ocorridas a partir da última revisão tarifária) de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.</p> <p>2) Confrontar as informações de Depreciação / Amortização do por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório, confrontando saldos de 31/12/2010, movimentações de 2011 e saldos de 31/12/2011.</p> <p>3) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório.</p> <p>4) Com base na materialidade planejada do auditor independente para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizar testes de auditoria das movimentações de adições, baixas e transferências. A extensão destes procedimentos deve ser a mesma que permitiria ao auditor independente emitir parecer (relatório de auditoria independente) com conjunto das demonstrações financeiras.</p> <p>5) Sem prejuízo dos procedimentos de auditoria do item anterior, selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.</p> <p>6) Ainda, sem prejuízo dos procedimentos de auditoria do item 7), acima, selecionar 10 principais baixas (por</p>			

critério de maior valor) e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- 7) Com base na materialidade planejada do auditor independente para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizar testes de auditoria das movimentações de depreciação. A extensão destes procedimentos deve ser a mesma que permitiria ao auditor independente emitir parecer (relatório de auditoria independente) com conjunto das demonstrações financeiras.
- 8) Sem prejuízo dos procedimentos de auditoria do item anterior, selecionar 10 itens de forma aleatória e testar que a depreciação está sendo calculada com base na taxa de depreciação estabelecida pela ANEEL.
- 9) Obter evidência de que os bens estão sendo controlados seguindo as seguintes premissas: Contrato de concessão, Ordem de Imobilização - ODI, Tipo de Instalação, Centro Modular, Tipo de UC (família), UC, UAR, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) do Ativo Imobilizado em Curso – AIC para o Ativo Imobilizado em Serviço - AIS.
- 10) Obter evidência de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço;
- 11) Verificar se a concessionária mantém em arquivos os registros contábeis dos custos incorridos em cada Ordem em Curso relacionada às ODI's.
- 12) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente.

II. Obrigações Especiais

- 1) Confrontar os saldos de 31/12/2011 e de 31/12/2010 da planilha de movimentação de obrigações especiais.
- 2) Confrontar os saldos iniciais da planilha de

<p>movimentação com a última Base de Remuneração informada e homologada pela ANEEL.</p> <ol style="list-style-type: none">3) Confrontar os totais de adições, baixas e transferências da planilha de movimentação com os totais no sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.4) Verificar autorização da ANEEL para as baixas de Obrigações Especiais ocorridas.5) Confrontar as informações de amortização com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.6) Com base na materialidade planejada do auditor independente para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizar testes de auditoria das movimentações de adições, baixas e transferências. A extensão destes procedimentos deve ser a mesma que permitiria ao auditor independente emitir parecer (relatório de auditoria independente) com conjunto das demonstrações financeiras.7) Sem prejuízo dos procedimentos de auditoria do item anterior, selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.8) Ainda, sem prejuízo dos procedimentos de auditoria do item 7), acima, selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.9) Com base na materialidade planejada do auditor independente para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizar testes de auditoria das movimentações de amortização. A extensão destes procedimentos deve ser a mesma que permitiria ao auditor independente emitir parecer (relatório de auditoria independente) com conjunto das demonstrações financeiras.10) Sem prejuízo dos procedimentos de auditoria do item anterior, selecionar 10 itens de forma aleatória e testar que a amortização está sendo calculada com			
---	--	--	--

base na taxa de amortização permitida pela ANEEL.

- 11) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente.

III. Ativos e passivos de diferenças de CVA

- 1) Confrontar os saldos de CVA de contas de ativo e passivo na data-base da última revisão ou reajuste tarifário com os montantes homologados pela ANEEL
- 2) Sem prejuízo da realização dos procedimentos de auditoria previstos no item 2), anterior, testar as 10 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- 3) Sem prejuízo da realização dos procedimentos de auditoria previstos, anteriormente, testar as 10 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- 4) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente.

IV. Diferença entre Tarifa Provisória (vigente com base nos critérios do 2º. ciclo) e Estimativa de Tarifa Definitiva, com Base nos Critérios já Definidos para o 3º. Ciclo

- 1) Confrontar montantes da planilha de cálculos preparada e apresentada pela concessionária, com os saldos constantes das demonstrações financeiras regulatórias.
- 2) Testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa de tarifa definitiva.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente.

V. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

- 1) Além dos procedimentos específicos para os temas acima detalhados, para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas

<p>contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, o auditor independente deverá considerar os saldos das demonstrações contábeis societárias.</p> <p>2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o auditor independente deverá, com base na materialidade planejada do auditor independente para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizar testes de auditoria da mensuração e movimentação de saldos. A extensão destes procedimentos deve ser a mesma que permitiria ao auditor independente emitir parecer (relatório de auditoria independente) com conjunto das demonstrações financeiras.</p> <p>3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente.</p>			
---	--	--	--

Inserir no Relatório ao final:

“Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de auditoria, emitido sob minha responsabilidade.”

Aprovação do sócio responsável (nome, visto e data):